



## **Caminhos Rurais de Porto Alegre: Potencial turístico e preservação do patrimônio rural**

Cinara Isolde Koch Lewinski<sup>1</sup>

Rosângela Cristina Ribeiro Ramos<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo traz considerações sobre o turismo rural com ênfase no patrimônio cultural e natural de Porto Alegre. Esta pesquisa foi decorrente da disciplina Museologia e Turismo Cultural, do curso de Bacharelado em Museologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cujo objetivo foi analisar aspectos do turismo rural em Porto Alegre, por meio de um estudo sobre o roteiro turístico denominado “Caminhos rurais de Porto Alegre”. Foram abordados os conceitos de turismo rural, e patrimônios cultural, natural e rural, e a metodologia adotada foi concebida como pesquisa bibliográfica e coleta de informações *online* sobre o “Caminhos Rurais de Porto Alegre”. Neste estudo, se observou que a proposta do roteiro surge a partir da concepção do turismo rural, como uma forma de permitir aos visitantes - dos espaços que compõem o roteiro - experimentar atividades em contato direto com a natureza, legitimar a importância da produção rural e sensibilizá-los para a preservação do patrimônio local. No roteiro são desenvolvidas atividades do turismo rural, através de uma série de iniciativas que envolvem ações distintas neste campo, como, por exemplo, o turismo rural pedagógico, o turismo com produção de produtos agroecológicos, turismo equestre, dentre outros. A atividade turística nas áreas rurais de Porto Alegre representa um estímulo para o desenvolvimento que poderia ser potencializado, através de ações de marketing mais efetivas para o público interno, ou seja, os moradores da própria capital. Também serão apontados alguns aspectos da pesquisa que, ao final, pretendem reconhecer a linha tênue que liga o turismo rural à preservação do patrimônio cultural e natural.

**Palavras-chave:** Turismo Rural; Patrimônio Cultural; Patrimônio Natural; Patrimônio Rural; Caminhos Rurais de Porto Alegre.

## **Caminhos Rurais of Porto Alegre: Touristic potential and the preservation of rural heritage**

**Abstract:** This article ponders on rural tourism, with an emphasis on Porto Alegre’s cultural and natural heritage. This research was a result of the discipline of Museology and Cultural Tourism in the Bachelor’s course in Museology at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), whose goal was to analyze aspects of rural tourism in Porto Alegre through a study about the tourist itinerary called “Caminhos rurais de Porto Alegre.” The concepts of rural tourism and cultural, natural, and rural heritage were approached. The methodology employed was intended to be a combination of bibliographic research and online information gathering about “Caminhos rurais de Porto Alegre.” In this study, it was observed that the roadmap proposal arises from the conception of rural tourism as a way to allow visitors to experience activities in direct contact with nature, legitimize the importance of rural production,

---

1 Mestre e graduada em História pela Unisinos. Graduanda em Museologia pela UFRGS. Historiógrafa do Museu do Trem de São Leopoldo.

2 Mestra em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Graduanda em Museologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Licenciada e bacharela em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista de pesquisa no Projeto Memorial da FAMED (UFRGS).

and make them aware of the preservation of local heritage. Rural tourism activities are developed in the roadmap through a series of initiatives that involve different actions in this field, such as educational rural tourism, tourism with the production of agro-ecological products, and equestrian tourism, among others. The tourist activities in the rural areas of Porto Alegre represent a stimulus for development that could be enhanced through more effective marketing actions for the internal public, that is, the residents of Porto Alegre itself. We will also highlight some aspects of the research that, in the end, intends to recognize the fine line that links rural tourism to the preservation of cultural and natural heritage.

**Keywords:** Rural Tourism; Cultural Heritage; Natural Heritage; Rural Heritage; Caminhos Rurais de Porto Alegre.

Porto Alegre possui pontos turísticos conhecidos e reconhecidos pelos seus moradores, porém uma parte destes mesmos moradores ainda não está consciente do potencial turístico a ser explorado na zona rural da cidade. E partindo desta observação, foi elaborado um estudo de caso, tendo-se por objeto de estudo desta pesquisa, o roteiro turístico “Caminhos rurais de Porto Alegre”, um conjunto de propriedades rurais (sítios, granjas, haras) que organizam rotas para que seus visitantes usufruam da ambiência rural, seja através do contato com animais de lida de campo ou fazendo uma trilha, por exemplo. Mesmo que a Prefeitura Municipal invista neste tipo de turismo, percebeu-se que não há uma ampla divulgação deste atrativo turístico para a população local.

Esta pesquisa buscou analisar aspectos do turismo rural em Porto Alegre e em certa medida refletir sobre o fenômeno que engloba a exploração da potencialidade turística de sua zona rural. Para tal, foi elaborada uma pesquisa bibliográfica e coleta de informações *online* sobre o “Os caminhos rurais de Porto Alegre”. Além disso, foram examinados os conceitos de turismo rural, e patrimônios cultural, natural e rural, a seguir melhor explicados. No decorrer do texto, além da apresentação destes conceitos as autoras irão discorrer sobre a potencialidade do turismo rural e sua conexão com a preservação do patrimônio, visando a reiterar sua importância. Pois, a divulgação do turismo rural é uma ferramenta que permite explorar outros propósitos, para além do estímulo do desenvolvimento socioeconômico local.

Primeiramente, se pode entender o turismo rural como uma categoria de turismo que permite ao público um contato mais direto com a natureza, os modos de saber e fazer dos agricultores e suas tradições locais. (ALMEIDA, FROELICH, RIEDL, 2001). Araújo (2000, p. 31) afirma que “o turismo rural trata de uma oferta de atividades recreativas, alojamentos e serviços, que tem como base o meio rural, dirigidas especialmente aos habitantes das cidades que buscam gozar suas horas de lazer, descanso ou férias, em contato com a natureza e junto à população local”.

O campo do turismo rural se entrelaça com o tema do patrimônio, e em relação a este conceito, sua definição está ligada à noção de herança, pertencimento, algo com o qual grupos se identificam e pelo qual a sociedade busca ou deveria preservar. De acordo com Fonseca (2009), a partir da década 1980, um novo panorama no campo do patrimônio se desenhava no Brasil sob a ideia de sua democratização e expresso na constituição de 1988.

Com isso, “[...] actualmente tem-se do património um conceito mais abrangente que compreende simultaneamente os elementos materiais e os imateriais, que testemunham as relações que uma comunidade estabeleceu no decurso da história com o território em que está inserida” (EQUIPA DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS, 2009, p.15). Portanto, a expressão foi ampliada e

no momento atual é utilizada em diversos termos que envolvem fenômenos muito mais extensos que a sua conotação inicial, sendo que para este estudo utilizou-se o patrimônio cultural, rural e natural. De acordo com o site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), se verificou que em relação ao patrimônio cultural é apresentada uma noção bastante abrangente (baseada na Constituição Brasileira), e a qual inclui:

[...] as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (IPHAN, s.d.).

Enquanto patrimônio cultural é um conceito amplamente estudado e difundido, a noção de patrimônio natural necessita de uma aproximação mais sistemática. (KARPINSKI, 2018). Para este autor, ‘a natureza não é apartada da cultura’ e devemos olhar para a natureza como um patrimônio da espécie humana, e reconhecer os impactos que as sociedades causam no mesmo. A partir do momento que se entende como algo coletivo, a ser cuidado, passamos a valorizá-lo.

Esse senso de valorização e responsabilidade, segundo eles, traduz-se em ações de conservação da natureza. Esses autores dizem também que é estratégico utilizar a categoria Patrimônio à Natureza, porque, sendo ambos os conceitos culturais, os bens naturais podem gozar da mesma preservação e conservação dos monumentos históricos (KARPINSKI, 2018, p. 317).

E, a aproximação e reconhecimento do patrimônio natural pode se amparar na exploração turística, fazendo com que o turismo contribua para este movimento de percepção e valorização dos patrimônios, e influencie a comunidade a sentir-se conectada ao patrimônio, e consequentemente buscará preservá-lo. Não obstante, existe o viés financeiro, essencial neste processo de valorização.

No aspecto econômico, segundo Vasconcellos (2006, p.33): “[...] o turismo é um meio de obtenção de divisas que leva ao progresso e desenvolvimento econômico [...], pois abre postos de trabalho, promove a conservação de monumentos, sítios e paisagens, ao mesmo tempo em que fomenta sua identidade [...]”. É através desta perspectiva, entende-se que a atividade turística é um excelente mecanismo para obtenção de recursos para a conservação e preservação dos diferentes patrimônios da região rural de Porto Alegre.

### **Turismo rural: possibilidades de preservação do patrimônio cultural e natural**

O turismo rural vai além da sua relação com o patrimônio cultural e natural, pois esta atividade também está ligada ao que se denomina patrimônio rural. Ao tratar dessa conceituação, Alves (2004) afirma que o patrimônio rural tem diferentes aspectos a serem ponderados, e um deles se refere à conexão entre elementos naturais e culturais, fazendo com que a definição do termo patrimônio rural possa se tornar genérica. Um segundo ponto a ser considerado é a,

[...] necessidade de interpretar esse patrimônio rural, como uma componente da sociedade humana em situação de risco, em consequência da crescente urbanização e da sua extensão para as áreas rurais limítrofes. Neste sentido, da articulação ou interface entre a vertente “natural” e a “cultural” decorre não só a especificidade do conceito de patrimônio rural, como se reclama a urgência em “inventar meios novos e originais, aliando com determinação protecção e valorização dos bens patrimoniais num objectivo de revitalização dos territórios rurais (ALVES, 2004, p. 14).

Para Valverde (2012, p. 10) “o conceito Patrimônio Rural é muito abrangente, incluindo simultaneamente dimensões materiais e imateriais, que testemunham as relações que a comunidade estabeleceu no decurso da história, entre si e com o território onde está inserida”. Conforme esta autora, o conceito vem se transformando ao passo que o ambiente rural vai além da produção agrícola e pecuária, se transformando também em espaço de consumo, no caso do roteiro analisado, de consumo turístico e cultural.

Conforme dito anteriormente, o patrimônio não se refere somente ao legado que é herdado, mas também ao que é selecionado ou considerado significativo para ser passado de geração à outra, portanto, é uma “[...] construção social ou se quiser cultural, porque é uma idealização construída” (SILVA, 2000, p.218). Desta forma, o patrimônio está inserido em um processo simbólico de legitimação social e cultural de objetos e saberes que aferem a um grupo a representação simbólica de uma identidade coletiva. Sendo assim, há movimentos locais que reagem contra os efeitos da globalização (tanto em nível econômico, social, como cultural),<sup>3</sup> promovendo ações de preservação do patrimônio cultural e natural, como elementos de afirmação das especificidades culturais das comunidades.

E é neste contexto que o turismo rural se articula com o ‘mercado patrimonial’ e a lógica das ‘identidades coletivas à valorização comercial’. O mercado patrimonial<sup>4</sup> tornou o patrimônio parte fundamental da indústria turística com implicações econômicas e sociais nítidas e ainda, contribui no deslocamento do turismo para as áreas rurais, funcionando como um fator de geração de emprego e revitalização das economias locais. (SILVA, 2000).

Frequentemente, o turismo rural “[...] compreende aqueles tipos de atividade humana que estão relacionados à vida no campo, sua cultura, religião e tudo que é compreendido pelo termo etnografia (ou etnologia)” (SOUZA; KLEIN; RODRIGUES, 2019, p. 29); no entanto, há várias definições e dentre elas, evidencia-se a conceituação traçada pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2003, p. 06) que destaca o turismo rural como um “[...] conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

Diante das diversas compreensões sobre o termo, várias iniciativas de turismo rural ocorrem em diferentes lugares do mundo. Em Porto Alegre, mais especificamente na zona sul, surgiu a ideia de aliar a atividade turística à rotina das pequenas propriedades em meados da década de 1990, porém de maneira isolada pelos empreendedores rurais. Com o passar do tempo, o negócio se desenvolveu e, em abril de 2005, o projeto ganhou forma por meio do inventário turístico da região efetivado pelo Escritório de Turismo em propriedades reconhecidas pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

A rota foi divulgada oficialmente como produto turístico estruturado em novembro do mesmo ano, resultado da parceria entre o Escritório de Turismo e os proprietários rurais de bairros que formam a região rural/urbana da cidade. (PORTO ALEGRE, 2019). Desde então, o roteiro “Caminhos rurais de

---

3 A homogeneização é um dos efeitos que induz a ruptura e a desordem causando a perda de valores simbólicos e de identificação de um grupo.

4 Segundo Silva (2000), o mercado patrimonial pode ter o benefício de custear a preservação do patrimônio, mas também é apontado como massificador que ameaça as identidades locais.

Porto Alegre” é administrada por meio de uma associação de proprietários rurais do município, com personalidade jurídica de direito privado e de interesse público que surge em julho de 2006, tendo no seu estatuto vários artigos, dos quais se destaca o artigo 3º:

É objetivo principal da Associação: promover a integração entre os espaços rural e urbano, através da troca de experiências, ao possibilitar o convívio dos visitantes com os empreendedores de turismo rural, promovendo o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas rurais e dos atrativos da região, em harmonia entre a comunidade rural e o meio ambiente.

A partir deste trecho do estatuto percebe-se a preocupação em promover a integração e a experiência dos visitantes na área rural, além do desenvolvimento econômico e social por meio do turismo em área rural. Sendo assim, através dos “Caminhos rurais de Porto Alegre” a associação pretende melhorar a qualidade de vida da comunidade e, concomitantemente, promover a preservação e conservação de seu patrimônio natural e cultural.

O desenvolvimento do turismo em Porto Alegre tem a participação ativa de vários proprietários rurais que, juntamente com a prefeitura municipal buscam um modelo sustentável para as comunidades. Nessa busca, os moradores ampliam a sua compreensão ecológica e se tornam agentes conservadores da natureza ao perceberem que o turismo resulta em fonte de economia. Além disso, a comunidade envolvida passa a sentir maior orgulho de sua origem com as atividades turísticas porque percebem a importância do lugar onde residem ao receberem os visitantes e, a partir daí, se tornam mais responsáveis pela preservação de seu patrimônio (RIVA; BERTOLINI, 2017).

Mas o que efectivamente distingue o turismo rural dos outros tipos de turismo é a sua preocupação em permitir ao visitante um contacto personalizado, uma inserção no meio rural físico e humano e até uma participação nas actividades, costumes e modos de vida dos habitantes (CONDESSO, 2010, p. 206).

Então, seguindo esse viés, a rota referida “[...] é ocupada por pequenas propriedades de expressiva agricultura familiar e agroecológica que preservam a paisagem natural, o modo de vida tipicamente rural e gaúcho e buscam a sustentabilidade econômica, ambiental, cultural e social por meio do turismo.” (POA, 2019). Assim, através da característica acolhida familiar da população rural é feita a troca de usos e costumes com os visitantes e são desenvolvidas atividades que normalmente levam ao contato direto com a natureza. As propriedades envolvidas oferecem diferentes serviços de lazer junto ao ambiente rural, como pesca, trilhas, passeios a cavalo; além disso, a maioria dos moradores comercializam produtos coloniais de fabricação própria.

Ao observar o roteiro, percebe-se a intenção de contemplar vários segmentos da sociedade, tanto os que apreciam mais as questões religiosas, quanto àqueles que se interessam por assuntos ligados à história e a ecologia; pois inicia a visita à Praça Histórica de Belém Velho, onde os excursionistas além de apreciar figueiras centenárias, também passam a conhecer a Capela Nossa Senhora de Belém. Durante o percurso, a história da zona sul que possui estâncias desde o séc. XIX vai se desvelando, uma vez que algumas propriedades pertencem à mesma família a várias gerações. Entretanto, dentro das potencialidades turísticas da região o aspecto mais destacado da rota são as atividades de vivências rurais e ambientais para escolas e grupos de visitantes, seguido da degustação de produtos coloniais produzidos nas propriedades.

Na rota, que ocorre no primeiro final de semana de cada mês<sup>5</sup> incluídas atividades de conscientização sobre a preservação do patrimônio natural, por meio de trilhas feitas em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural onde se mantêm resquícios da Mata Atlântica. E ainda, ao final do trajeto, os excursionistas visitam o Santuário Nossa Senhora Mãe de Deus, no alto do Morro da Pedra Redonda, com vista para a cidade e para seu entorno, onde mais uma vez podem admirar a natureza. Sendo assim, “Caminhos rurais de Porto Alegre” possuem uma organização que propõe atividades de lazer tanto contempla visitantes que buscam contato com a natureza, como aqueles que querem ter uma experiência com a cultura praticada nos espaços rurais.

Este tipo de turismo, dadas as suas características, é um dos maiores defensores do patrimônio ambiental (uma vez que deve ter uma gestão fundamentalmente virada para a preservação da natureza) e cultural (no sentido em que pode preservar as tradições que se referem ao modo de vida dos agricultores, aos utensílios necessários ao trabalho, ao folclore e aos produtos naturais fabricados apenas com o que a terra e os animais nos oferecem) (CONDESSO, 2010, p. 217).

Sendo assim, a atividade turística tem representado em muitas áreas rurais um importante meio de defesa do patrimônio natural e cultural, pois o desenvolvimento local é implementado a partir de estratégias caracterizadas por uma preocupação com a proteção e preservação dos recursos naturais e culturais. No entanto, “[...] tudo isto implica incentivos públicos ao turismo rural e o planejamento do desenvolvimento turístico integrado, fixação de objetivos ambientais no sector do turismo” (CONDESSO, 2010, p. 209).

No caso dos “Caminhos rurais de Porto Alegre”, proprietários rurais juntamente com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e outras entidades públicas buscam a promoção do agroturismo<sup>6</sup> com a venda de produtos naturais e produtos artesanais típicos da região para os excursionistas pelo próprio produtor. Dessa maneira, os visitantes conhecem a gastronomia que faz parte da memória coletiva da população da área rural, como também passa a conhecer e a sentir, a sua maneira de estar ou ser (CONDESSO, 2010).

Além disso, diversos empreendimentos são estimulados, como o ecoturismo, turismo cultural e de estudos para a conscientização da importância da preservação dos espaços naturais, especialmente as áreas protegidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que “[...] conferem e transmitem um sentido e a noção de «único» e de «identidade de espaço», que vão rareando um pouco por restante parte cimentada dos territórios” (CONDESSO, 2010, p. 210).

Apesar das potencialidades evidenciadas, Teixeira; Souza (2012) apontam, por meio do estudo feito com os proprietários rurais, vários aspectos interessantes para refletir sobre o direcionamento da rota turística que tem o produto para o consumo como sua principal atração. De acordo com a investigação, “[...] muitos dos proprietários incluídos na pesquisa participam de feiras na cidade de Porto Alegre, os entrevistados destacaram que muitos dos seus consumidores, nestas feiras, conheceram seus produtos a partir das visitas nas propriedades como turistas” (TEIXEIRA; SOUZA, 2012, p. 247).

---

5 Devido à pandemia houve alterações no cronograma.

6 São ocupações complementares às atividades agrícolas associadas ao agroturismo: a fazenda-hotel, o pesque-pague, a fazenda de caça, a pousada, o restaurante típico, as vendas diretas do produtor, o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à vida dos moradores do campo (SOUZA, KLEIN, RODRIGUES, 2019).

A análise salientou que nesta atividade turística a produção e produtos são vistos como meio de distinção do rural e se estabelecem como ponto mais considerado no turismo rural por ser compreendido como uma valorização da produção local e do trabalho agrícola. Além disso, o artigo dos autores mencionados ressalta como aspecto relevante na atividade turística a revalorização da ruralidade e a valorização do rural enquanto espaço, o qual a natureza se manifesta, frequentemente, bem menos degradada do que os espaços urbanos, junto a elementos agrícolas e com poucas edificações. (TEIXEIRA; SOUZA, 2012).

Embora, o patrimônio cultural e natural do domínio rural em Porto Alegre mereça uma maior relevância dos residentes urbanos ao considerar que é a segunda capital brasileira com a maior área rural<sup>7</sup> e, apesar do potencial turístico da área rural de Porto Alegre, ainda é pouco conhecida, uma vez que a maioria dos excursionistas é do município ou da Região Metropolitana de Porto Alegre, sendo que os visitantes de outros estados e países são em menor número.<sup>8</sup> Enfim, o uso do patrimônio cultural e natural nas áreas rurais pelo turismo pode ser benéfico para a comunidade local se for planejada de forma correta e sustentável, pois é uma possibilidade de manter a memória coletiva local e, além disso, impede que esses bairros sejam marginalizados.

### Considerações Finais

O patrimônio local e, especialmente, a sua cultura e a natureza são fatores de promoção do turismo que acentuam a consciência de identidade dos povos se planejada de maneira correta. No turismo rural, vários aspectos que destacam as potencialidades das regiões podem ser enumerados, porém, neste estudo de caso, a importância da promoção do agroturismo para o incremento da agricultura e como atrativo para turistas que pretendem se aproximar de aspectos da vivência rural é um fator de relevância para o empreendimento, pois contribui para o desenvolvimento da produção dos produtos locais, visto que o excursionista demanda apenas produtos naturais ou produtos artesanais típicos da região. Além de serem atraídos pela busca de paisagens agrícolas e rurais, os visitantes têm a satisfação de conviverem com uma fauna e flora que são distintas do seu ambiente cotidiano. Neste sentido, “Caminhos Rurais de Porto Alegre” vem com uma proposta que surge dentro do turismo rural, articulada por uma agência de turismo receptiva que organiza *tour* pelas propriedades e a criação de passeios regulares mensais visando à valorização do local.

A atividade turística nas áreas rurais de Porto Alegre tem representado um incremento para o desenvolvimento local tanto econômico, social, como cultural. Entretanto, os equipamentos turísticos usados para atividades lúdicas e prazerosas pela comunidade também podem ser mais eficientemente utilizados pelos excursionistas. Ao considerar a proposta da rota, percebe-se que a dimensão cultural que

---

7 De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre, a área identificada como macrozona 8, cidade rururbana é “caracterizada pela predominância de patrimônio natural, propiciando atividades de lazer e turismo, uso residencial e setor primário, compreendendo os núcleos intensivos de Belém Velho, Belém Novo e Lami, bem como as demais áreas a partir da linha dos morros da Companhia, da Polícia, Teresópolis, Tapera, das Abertas e Ponta Grossa” (PORTO ALEGRE, 1999).

8 Martha Lacerda Lemos, membro da diretoria de turismo e projetos turísticos, nos informou pelo e-mail <martha.lemos@portoalegre.rs.gov.br> informações sobre uma pesquisa parcial sobre os visitantes dos “Caminhos rurais de Porto Alegre”.

está ligada ao dia a dia das comunidades rurais mais modestas, como as suas práticas e os seus saberes pode ser melhor explorada, pois, “[...] a recuperação da memória leva ao conhecimento do patrimônio e este, à sua valorização por parte dos próprios habitantes do local” (BARRETO,2000, p. 47).

Assim, o entendimento do que é o patrimônio cultural é fator relevante para a manutenção da identidade cultural e o turismo como uma das atividades aptas a auxiliar na preservação da memória e identidade possibilita o aprofundamento dos laços de pertencimento da comunidade das áreas rurais e proporciona uma experiência turística enriquecedora culturalmente tanto para quem recebe como para os visitantes e/ou turistas. Logo, o patrimônio cultural possibilita o intercâmbio e apropriação das experiências cotidianas das pessoas das áreas rurais como uma das várias formas humanas de ser e existir no tempo e no espaço.

No entanto, o turismo rural como sendo também uma atividade econômica precisa de investimentos para uma divulgação mais efetiva das potencialidades dos “Caminhos Rurais de Porto Alegre” por parte dos empreendedores, pois a eficácia do marketing e um maior planejamento do negócio podem atingir um público maior e de localidades que estão fora da região metropolitana de Porto Alegre. Sendo assim, a rota “Caminhos rurais de Porto Alegre” poderá contribuir mais com ações de preservação cultural e natural se houver melhor integração entre os moradores, empreendedores e órgãos públicos.

## Referências

- ALMEIDA, J. A.; FROELICH, J. M.; RIEDL, M. **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. 2 ed. São Paulo: Papirus, 2001.
- ALVES, J. E. Sobre o «patrimônio rural»: Contributos para a clarificação de um conceito. **Revista Cidades, Comunidades e Territórios**, [s. l.], n. 8, p. 1-20, 2004. DOI 1645-0639. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/2120>>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- ARAÚJO, J. G. **ABC do Turismo Rural**. Viçosa, MG.: Aprenda Fácil, 2000.
- BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Editora Papirus, 2000.
- CAMINHOS RURAIS DE PORTO ALEGRE**. Disponível em: <<https://caminhosrurais.com.br>>. Acesso em 28 jun. 2020.
- BRASIL. SAF/MDA. Secretaria de Agricultura Familiar/Ministério Desenvolvimento Agrário. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar 2004/2007**. Disponível em: <<http://www.institutobrasilrural.org.br/download/20120220101524.pdf>>. Acesso em 22 jun. 2020.
- CONDESSO, F. Desenvolvimento rural, patrimônio e turismo. **Cuadernos de desarrollo rural**, v. 8, n. 66, p. 197-222, 2011.
- EQUIPA DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS (EPDTR). **Guia de Observação do Patrimônio Rural**. Lisboa: Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2009.
- FONSECA, M. C. L. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Minc-.Iphan, 2005.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

- KARPINKSI, C. **Patrimônio natural, documentação e pesquisa**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v30n3/0103-3786-tinf-30-03-00314.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2020.
- PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Estatuto social “Associação Porto Alegre Rural”. Documento Administrativo. Porto Alegre, p. 01.
- SOUZA, M. de. **Turismo rural: fundamentos e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.
- PORTO ALEGRE. Secretaria de Planejamento Municipal. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental - PDDUA. 1999. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm/default.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2020.
- PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Caminhos Rurais de Porto Alegre. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p\\_secao=270](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=270)>. Acesso em: 28/09/2019.
- RIVA, G.; BERTOLINI, G. R. F. Perspectiva do Turismo Rural como Alternativa de Renda para Agricultura Familiar: Análise de Trabalhos Científicos. **Desenvolvimento em questão**. Editora Unijuí, n. 38, jan./mar. 2017, p. 197-227.
- SILVA, E. P. da. Patrimônio e identidade. **Antropológicas**, n. 4, 2000, p. 218-224.
- VALVERDE, M. C. V. Patrimônio rural como factor de desenvolvimento local, entre espaços de representação e espaços vivenciais: o caso da aldeia de Manhouce. Orientador: Isabel Ortins de Simões Raposo. 2012. 117 f. **Dissertação** (Em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa) - Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: <[http://gestual.fa.ulisboa.pt/images/pdf/diss\\_MCVValverde\\_06\\_2012.pdf](http://gestual.fa.ulisboa.pt/images/pdf/diss_MCVValverde_06_2012.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- VASCONCELLOS, C. de M. **Turismo e Museus**. São Paulo: Aleph, 2006. p. 31-45.
- TEIXEIRA, A. R.; SOUZA, M. de. A valorização da ruralidade a partir do turismo: Roteiro Turístico Caminhos Rurais, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 231-251, abril de 2012.

Submetido em: 16.08.2021

Aceito em: 21.12.2021